

“Um poder do outro mundo”: *o demónio da Casa da Severa, Lisboa*

António Marques¹, Tânia Manuel Casimiro²

Resumo

Escavações arqueológicas na Casa da Severa puseram a descoberto contextos arqueológicos que se podem balizar entre o século XII e os finais do século XV. Foram identificados ambientes domésticos cuja cultura material e restos faunísticos se fazem associar sobretudo à comunidade muçulmana, apesar do enquadramento cristão em que a mesma esteve inserida ao longo destes três séculos.

Entre os diversos achados de uso quotidiano, foi recuperado um molde em cerâmica onde era possível moldar pequena estatueta, em metal, que associamos a uma figura demoníaca: as suas características físicas com cascos e pernas de animal, chifres e falo, não deixam margem para dúvidas.

Este trabalho pretende a análise desta estatueta como representação de actividades ocultas tais como a invocação de demónios, associadas a um contexto medieval lisboeta claramente popular. O facto de se tratar de uma peça para a manufactura de estátuas leva a crer que existia uma produção deste tipo de artefactos e que os mesmos podiam ser obtidos na Lisboa medieval sugerindo possivelmente a existência não apenas de um caso de adoração isolada, mas uma diversidade que possivelmente seria transversal a estas distintas comunidades religiosas. Tais cultos, conhecidos através da documentação, são raramente identificados em intervenções arqueológicas, pelo que este artefacto é reflexo de ideologias e crenças.

Palavras-chave

Molde; demónio; Lisboa; superstição; idolatria.

¹ Centro de Arqueologia de Lisboa – antonio.a.marques@cm-lisboa.pt

² IHC/IAP NOVA FCSH – tmcasimiro@fcsh.unl.pt

“A power of other world”: the demon from Casa da Severa, Lisbon.

Abstract

Archaeological excavations made in Casa da Severa, discovered some archaeological contexts possible to date between the 12th and 15th centuries. Several domestic environments reveal the presence of Muslim communities based on material culture and faunal remains.

Among the many finds related to everyday household activities a ceramic mould was found. This object was used to cast metal figurines shaped as little devils. Its physical characteristics combining a human figure with animal legs, horns and a phallus clearly suggest this identification.

This paper aims to study that figurine as a representation of occult activities, such as the calling of demons, associated to an atmosphere of popular superstition. The existence of one mould destined to cast several figures leads to the conclusion that this was not an isolated act but a widespread practice. Several documents seem to confirm that the worship of demons and other pagan ritual were frequent.

Keywords

Mould; demon; Lisbon; superstition; idolatry.

1. Introdução.

Na sequência de um projecto municipal visando a requalificação do edifício localizado no cimo da Rua do Capelão, no Largo da Severa 2 / 2A, na Mouraria, onde terá vivido a famosa fadista Maria Severa Onofriana, falecida aos 26 anos, em 1846, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu transformar o edifício num espaço alusivo ao fado e à vida boémia lisboeta (**Fig. 1**).

Este objectivo levou ao desenvolvimento de intervenção arqueológica, com início em 2010. Associado a um dos contextos medievais foi identificado o objecto que aqui apresentamos. Mais do que um molde, este pequeno artefacto é o reflexo de como a própria cidade era uma encruzilhada de crenças e superstições que raramente se encontram no contexto arqueológico.

2. A Casa da Severa – contexto arqueológico.

O edifício em causa encontra-se em zona de Nível 2 de Sensibilidade Arqueológica do Plano Director Municipal, obrigando a procedimentos de índole arqueológica. Ainda em fase preparatória do projecto, realizaram-se em 2010, diversas sondagens nas quais se reconheceu a existência de contextos e estruturas preexistentes.

Já entre 2012 e 2013 procedeu-se ao acompanhamento arqueológico dos trabalhos de engenharia³. Durante esta intervenção foi recuperado o objecto que agora publicamos, associado a um contexto que nos permite aproximar de uma sociedade que há muito se dissipou e de que nos ficou a memória toponímica – a Mouraria, e às gentes que construíram essa identidade que perdeu a todas as vicissitudes do tempo.

Com efeito esta última intervenção revelou-nos que o actual urbanismo assenta sobre realidades construtivas anteriores que, de acordo com os resultados alcançados, remontam à génese da Mouraria, cujo Foral, dado por D. Afonso Henriques, é datado de 1170. Removeram-se contextos e estruturas que atestavam esse período, assim como outros que revelaram uma comunidade dinâmica, que foi paulatina e organicamente crescendo, com construções que se vão acrescentando ao longo de 100 ou 200 anos.

Subitamente, os contextos que nos aportam para os séculos XIV e XV, mostram-nos uma realidade diversa. Regista-se uma profusão de episódios reconstrutivos nas estruturas exumadas. Surgem paredes e pavimentos, desactivados por aterros, onde se encerram imensos vestígios materiais do quotidiano dos então habitantes da Mouraria.

É neste local que o rei determina a residência dos habitantes de Lisboa que, professando a religião islâmica, permaneceram na cidade após 1147. É neste espaço que esta comunidade, segregada da restante sociedade, mas com estreitos laços de convivência, vai prosperar e criar a sua própria estrutura de funcionamento.

De entre as materialidades recolhidas, ressalta-nos uma comunidade ainda com um gosto e estilo com forte tradição islâmica, o que se observa na tipologia das peças cerâmicas do dia-a-dia, mas também nos vestígios alimentares recolhidos. Com efeito, após o estudo dos respectivos contextos faunísticos⁴, verifica-se que os padrões de consumo são bastante idênticos aos de outros locais onde se estudaram

³ CAESSA, A.; MARQUES, A.; MOTA, N. – “Casa da Severa, memórias arqueológicas de um espaço (Largo da Severa, nº 2, Mouraria, Lisboa)”. In *Atas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa, uma cidade em escavação*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa, 2017, pp. 386-412.

⁴ VALENTE, M.J; MARQUES, A. – “Alimentação mudéjar em Lisboa: dados preliminares sobre a zooarqueologia do Largo da Severa (Mouraria, Lisboa)”. In *Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da cidade* (Col. “Fragmentos de Arqueologia de Lisboa” nº 1). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Sociedade de Geografia de Lisboa, 2017, pp. 76-91.

contextos coevos, como sejam Mértola ou Santarém, com uma escassa presença de porco (0,2%), em oposição à cabra/ovelha (49,5%).

Na realidade, a documentação existente revela-nos, nos séculos XIV e XV, uma comunidade que vive um período de grande prosperidade, que se materializa no seu aumento urbanístico, com a integração do então denominado “Arrabalde Novo”, que incluía na Mouraria a atual Rua do Benfornoso⁵. Percebe-se arqueologicamente que, a um período de sucessivos episódios destrutivos, atribuíveis ao século XIV, com pestes, abalos sísmicos e guerras, se sucedeu um outro período de crescimento e renovação urbanística.

Foi nestes contextos, de regeneração e afirmação desta comunidade que a presente peça foi recuperada. No momento foi claro que se trataria de um pequeno molde de fundição, apesar de até à data ainda se não terem identificado contextos de actividade metalúrgica na Mouraria, em período Medieval.

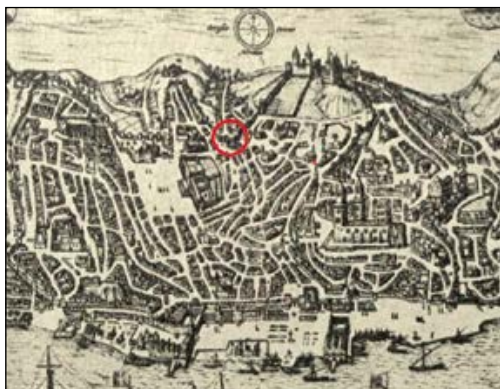


Fig. 1 – Localização da Casa da Severa na malha urbana lisboeta do século XVI.



Fig. 2 – Local onde foi recuperado o artefacto.

⁵ BARROS, M. F. – *A Comuna Muçulmana de Lisboa. Séculos XIV e XV* (Biblioteca de Estudos Árabes nº 4). Lisboa: Huguin, 1998, pp. 141-144.

3. O objeto.

O artefacto em questão corresponde a um molde produzido em cerâmica de pasta vermelha escura com argila bem depurada, homogénea e compacta com elementos não plásticos de pequena dimensão quartzosos e micáceos. O tipo de pasta, ainda que apenas observado macroscopicamente, pode ser considerado como semelhante à das peças produzidas em Lisboa.

Apresenta externamente forma sub-oval medindo no seu eixo maior 0,132 m e no eixo menor 0,065 m. Foi-lhe atribuído o número de inventário LS2 /CC320. O seu interior apresenta negativo no qual foi possível reconhecer figura antropomórfica. A descrição detalhada e representação gráfica da mesma só foi possível através da elaboração de molde em silicone. O exterior apresenta dois sulcos que sugerem ter servido para enrolar corda que fixaria as duas partes do molde. Na parte superior ainda se pode observar o jito, por onde seria vertido o metal.

A figura antropomórfica, itifálica, possui características híbridas que conjugam atributos humanos e animais (**Fig. 3**). O rosto, ainda que apresentando feições humanas, com dois olhos equidistantes, nariz e boca, revela feições quase que grotescas sendo o topo da cabeça coroadado com dois pequenos chifres. O torso mostra representação do umbigo. Os membros superiores terminam no que parecem ser duas garras e os membros inferiores em cascos. Apesar de não ser possível inferir sobre a parte de trás deste molde, do lado direito da figura existem resquícios do que poderia ter sido uma cauda. O cuidadoso detalhe com que o molde se encontra realizado sugere que pode ter sido feito com recurso a um modelo de cera, no exterior do qual foi colocado o barro e depois cozido. A dureza da peça sugere que foi cozida não num fogo doméstico, mas sim em forno que atingiria temperaturas suficientemente altas para uma boa cozedura. Não é difícil de acreditar que aquela tenha sido feita numa das dezenas de fornos de louça vermelha que existiam na área, em finais da Idade Média.

Análises ao interior da peça, efectuadas no laboratório do ITN (Cfr. **Anexo I**) sugerem que no interior deste molde foram moldadas pequenas estatuetas onde esteve presente uma liga de cobre e zinco, à qual se poderia juntar um terceiro metal – estanho. O aspecto enegrecido do seu interior e os restos de fuligem parecem confirmar a hipótese de ser latão, um metal dourado, que não podemos deixar de associar à fábula dos cabelos de ouro do diabo, da autoria dos Irmãos Grimm.

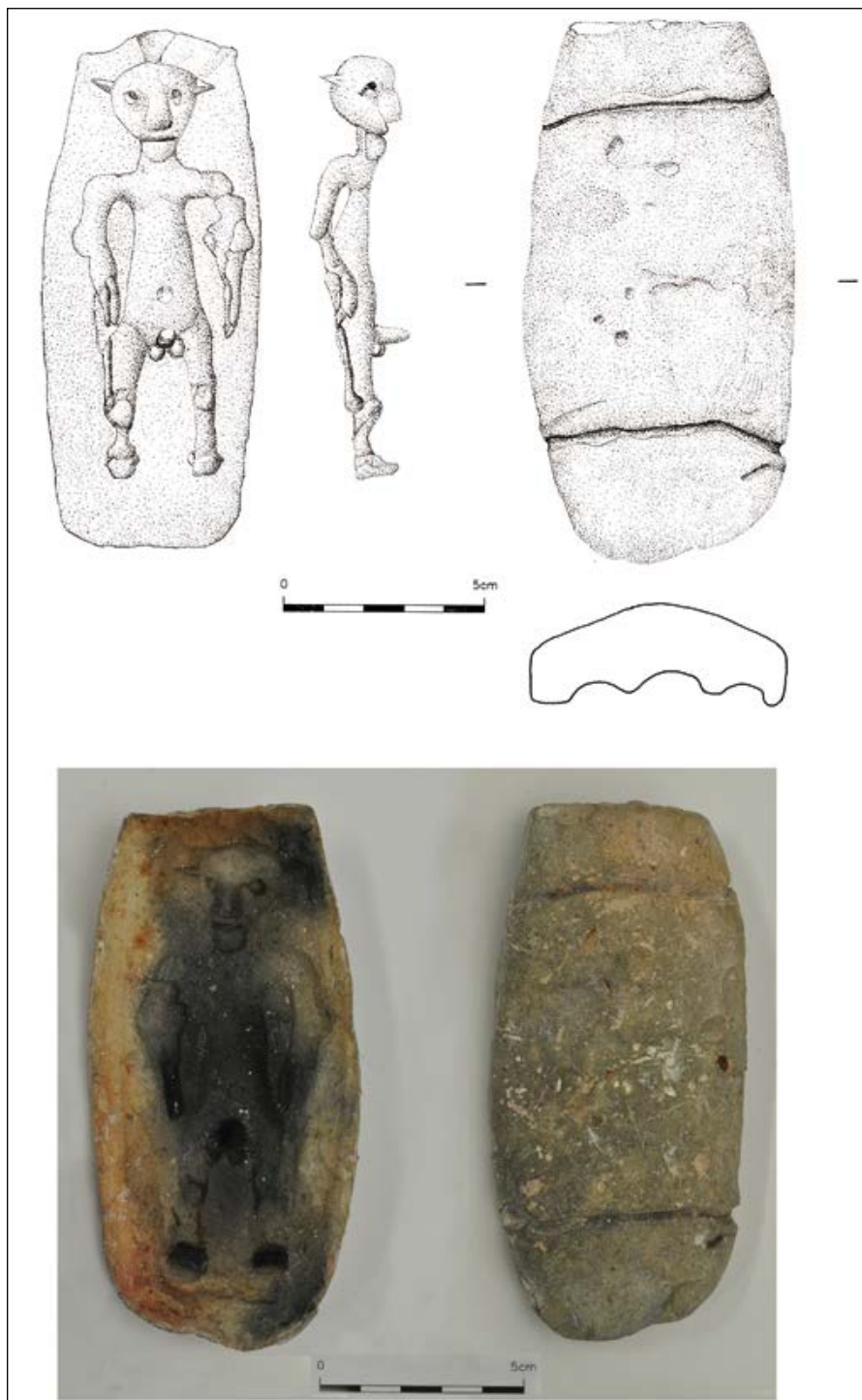


Fig. 3 – Representação do molde (desenho Luísa Batalha).

4. A representação demoníaca.

A sugestão que se trata de uma representação demoníaca passa pelo facto de esta figura apresentar características semelhantes aos diversos demónios e diabos de outras representações medievais. As representações demoníacas são raras na Idade Média em Portugal. A que melhor se conhece será provavelmente aquela que acompanhou a publicação do *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente (1531), onde uma figura demoníaca aguarda na sua barca as almas que transportará para o Inferno (Fig. 4). A imagem associada à publicação mostra igualmente figura antropomórfica com chifres e mãos quase que animais terminando em garras. Quando nos deslocamos para fora de Portugal o imaginário europeu relativo ao demónio não apresenta muitos desvios. A figura híbrida mostrando a conjugação de atributos humanos e animais repete-se frequentemente. Segundo Lurdes Rosa o demónio na Idade Média apresenta características muito semelhantes à figura ali moldada. De acordo com as pessoas que “lidam” directamente com demónios, aqueles podem voar ou andar muito depressa, têm características animais, relacionam-se com determinadas matérias tal como pedras e metal, são sexualmente agressivos e audazes⁶.

Será desnecessário um arrolamento extensivo de todas as representações demoníacas que se conhecem na Europa. No entanto, a título de exemplo, gostaríamos de mencionar o diabo representado numa das páginas do *Codex Gigas*, possivelmente produzido na actual República Checa, que nos revela como estas representações da Europa Central, da primeira metade do século XIII, encontram semelhanças com a peça portuguesa.

O facto de maior parte das representações demoníacas que se conhecem estarem associadas a livros religiosos pode ter sido a razão porque poucas destas figuras se apresentam como itifálicas. O pénis erecto é claramente uma demonização dos seres durante a Idade Média, até porque o diabo entra pelos buracos do corpo⁷, levando a que as mulheres sejam as suas vítimas preferenciais. Estes ataques a indivíduos do sexo feminino eram frequentes, referenciados não apenas através dos processos da inquisição, mas igualmente através de outros documentos, demonstrando como os demónios possuem raparigas, como os episódios ocorridos em meados do século XIV em Guimarães⁸.

No Livro de Horas de Taymouth, produzido algures na primeira metade do século XIV, mostra-se um demónio fálico que carrega um carrinho com homens

⁶ ROSA, M. L. – *Santos e demónios no Portugal Medieval*. Porto: Fio da Palavra, 2010, p. 131.

⁷ ROSA, M. L. – *Santos e demónios no Portugal...*, p. 131.

⁸ ROSA, M. L. – “Sagrado, devoções e religiosidade”. In *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, pp. 399-400.

e mulheres ensanguentados em direcção às chamas do inferno, demonstrando como este atributo sexual se encontra conotado com a perdição eterna. No entanto, o que condena também dá vida e não podemos esquecer que dependendo do local onde estes textos e imagens são produzidos, as representações sexuais podem estar associadas à fertilidade. Que dizer da árvore dos falos, muitas vezes designada como “árvore da abundância”, identificada num mural de uma fonte do século XIII em Massa Maritima, uma cidade da Toscana, onde diversas mulheres colhem órgãos sexuais masculinos como se de fruta madura se tratasse? As representações fálicas são na verdade conhecidas um pouco por toda a Europa, ainda que em reduzido número, e representam uma dicotomia entre a fertilidade, por um lado, e, por outro, o pecado e a demonização do corpo⁹.

Tivesse este artefacto sido recuperado num outro contexto que não fosse a Mouraria, onde grande parte da população residente era muçulmana e não haveria necessidade de aqui mencionar que as representações do demónio muçulmano são figurativamente muito semelhantes o que nos leva a questionar sobre quem eram efectivamente os detentores destas pequenas estátuas produzidas com recurso àquele molde. Não acreditamos que fossem apenas muçulmanos.



Fig. 4 – Representação do diabo no Auto da Barca do Inferno (1531).

⁹ MATTELAER, J. – “The phallus tree: a medieval and renaissance phenomenon”. *Journal of Sexual Medicine* 7:2 (2010), pp. 846-851.

5. A adoração de ídolos na documentação.

O primeiro documento que se conhece com a proibição de adoração de imagens não cristãs data do reinado de D. João I, em boa verdade numa época em que o objecto aqui apresentado deveria estar em uso, de acordo com a datação do contexto arqueológico de onde foi exumado.

Na sua Crónica de D. João I, Duarte Nunes de Leão menciona como em vésperas da batalha de Aljubarrota a cidade de Lisboa prometeu a D. João I “*de nunca mais usarem de superstições, feitiços, encantamentos, invocações de demónios, e sortes e deixarem todos os ritos gentílicos*”. Este é o texto que consta de uma lei promulgada por aquele monarca em 1385, datada das vésperas da Batalha de Aljubarrota, no qual o povo de Lisboa prometia não desenvolver práticas de feitiçaria¹⁰.

As leis contra feitiçeiros e benzedores continuam e será nas *Ordenações do Reino de Portugal* mandadas compilar por Filipe I (Livro V, Título III) que iremos encontrar uma referência que muito interessa ao nosso estudo. Qualquer pessoa “*ousada, que para adivinhar lance ‘sortes, nem varas para achar tesouro, nem veja em água, crystal, espelho, espada, ou em qualquer outra cousa luzente, nem em espada de carneiro nem faça, para adivinhar, figuras ou imagens algumas de metal, ou de qualquer outra cousa, nem trabalhe de adivinhar em cabeça de homem morto (...) não faça com cada uma das ditas cousas, nem com outras, espécie alguma de feitiçaria, ou para adivinhar, ou para fazer dano a outra pessoa*”¹¹.

Não obstante a importância da lei, aquela não foi escrupulosamente cumprida. A prática de feitiçaria e outras superstições são dispersamente encontradas na documentação portuguesa entre os séculos XIV e XVI. Termos como *bruxa, feitiço, feitiçaria, benzedura* ou *agouro* são associados a homens e mulheres acusados destas práticas, através de rezas e mezinhas. As cartas de perdão, encontradas nas diversas chancelarias revelam estes desvios comportamentais.

Menos frequente é a referência a imagens ou ídolos, que surge apenas ocasionalmente. A maior parte destas figuras, cuja forma nunca é descrita, seria executada em cera e colocada debaixo da cama ou na cabeceira de quem se procurava “influenciar”. A maior parte das vezes tratava-se de mulheres que queriam manipular o comportamento dos maridos. Em 1501 Branca Anes, moradora na cidade de Lisboa por o “*seu marjdo lhe dar maa vida e andar cõ moheres, fezera dello queixume a algũas molheres e que hũa das ditas molheres*

¹⁰ OLIVEIRA, E.D. – *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*. Tomo I, Lisboa: Typographia Universal, 1887, p. 264.

¹¹ *Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recopiladas per mandado delrei D. Filippe o Primeiro*, Décima Edição, Coimbra: Real Impresa da Universidade, 1833, p. 233.

*lhe dissera que lhe darja hũa cousa, cõ que fezese bõaa vida com elle e que lhe dera hũa Imagem de çera (...) que lha metesse de ssobacabeçeira*¹². Este documento de inícios do século XVI vem apenas confirmar a prática de actividades muito anteriores. A maior parte destas imagens deveria ser feita de cera. A cera aparece frequentemente na referência a feiticeiras. Note-se como Beatriz Eanes, moradora na ilha da Madeira é acusada, em finais do século XV de ver o futuro ao lançar cera na água¹³; ou como Isabel Martins de Açumar fazia pequenas figuras em cera, cuja forma desconhecemos, e as colocava debaixo da cama dos enfeitizados¹⁴.

A par das feitiçarias, se avançarmos alguns anos, os processos inquisitoriais são mais directos no que ao demónio diz respeito. Na Inquisição de Coimbra, no processo de “*Bárbara Dias do lugar do Teixeira, mulher solteira que estava presa no Aljube (...) por dela se denunciar ser bruxa e feiticeira (...) disse ser de idade de trinta anos e que havia dois ou três anos que a enganara o demónio (...) e dormira com ela carnalmente e dali por diante a vinha visitar cada noite e dormia com ela e lhe metia em seu corpo coisa como de natura de homem e ela folgava com isso, somente achava sua natureza fria...*”¹⁵. A relação entre as mulheres acusadas de feitiçaria e o demónio é sempre frequente e são elas quem mais vezes são visitadas por este ser.

A própria hagiografia cristã está cheia de histórias em que as forças do bem e do mal se cruzam e muitas das vezes se personificam. Veja-se o caso da narrativa entre São Cipriano e Santa Justina, em que o primeiro, sendo um antigo sacerdote pagão, recorre a expedientes e seres fabulosos para tentar a virgindade de Santa Justina, mas que acaba por renegar as suas antigas crenças, convertendo-se ao cristianismo, sendo os dois decapitados por ordem do Imperador Diocleciano em 304, na Nicomedia¹⁶.

6. Discussão.

Não é frequente a ocorrência de materialidades no registo arqueológico que ultrapassem a mera condição existencial quotidiana da sociedade humana. Com efeito, exceptuando o que poderá ser considerado religiosamente correcto, e

¹² AZEVEDO, P. – “Benzedores e feiticeiros do tempo d’EL Rei D. Manuel (séculos XV-XVI)”. *Revista Lusitana* III (1895), p. 340.

¹³ AZEVEDO, P. – “Superstições Portuguesas no século XV (Documentos)”. *Revista Lusitana*, IV (1896), p. 206.

¹⁴ AZEVEDO, P. – “Superstições Portuguesas...”, p. 209.

¹⁵ MORENO, H. – A feitiçaria em Portugal no século XV, Separata da Revista Anais, 29, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1984.

¹⁶ http://orthodoxinfo.com/death/cyprian_justina.aspx [consultado em 21/01/2018].

adequado aos padrões socioculturais oficiais vigentes, raramente os lados ocultos da subjectividade humana se consubstanciam. Tivemos a sorte de nos depararmos com uma dessas raras realidades.

O objecto que aqui damos a conhecer, devido à sua natureza e ao local onde foi encontrado levanta questões fundamentais sobre a sociedade lisboeta trecentista. O facto de estarmos perante o molde que materializou algumas destas figuras reporta-nos não apenas para um ambiente de adoração destes ídolos, mas para a sua produção e distribuição. Que tipo de produção era esta? Certamente que não estaríamos perante um mero comerciante que venderia este tipo de ídolos. É possível que a própria execução de um objecto deste tipo, com os propósitos a que era destinado, fosse ele de “fazer dano ou bem a alguém ou mesmo de adivinhação”, estivesse associado a rituais de criação muito específicos onde poderiam estar envolvidas ladainhas, rezas e benzeduras que a documentação nunca registou. Haveria certamente um grupo de indivíduos que corporizaria estas práticas, à revelia da restante sociedade e do politicamente correcto.

A sua deposição num contexto possível de datar de finais do século XIV pode efectivamente indicar que foi descartado depois de D. João I ter promulgado a lei que impedia aos lisboetas estes actos de adoração gentílica. No entanto, as diversas cartas de perdão que foram identificadas, acusando mulheres de colocarem imagens em cera debaixo da cama dos maridos, mostra que estas práticas continuaram a ser recorrentes durante os séculos subsequentes.

No entanto, um dos maiores desafios que a interpretação deste objecto encerra passa pelo facto de ter sido encontrado num contexto associado a uma população que se acredita ser sobretudo muçulmana. Sabemos através de diversa documentação¹⁷ que a mouraria não era um mundo fechado e que cristãos e muçulmanos conviveriam neste espaço. Mas quem foi o responsável por este objecto e quem o utilizou para a produção de imagens? No mundo muçulmano a figura do demónio, ainda que possuindo atributos físicos semelhantes ao demónio dos cristãos, num claro sincretismo, não tinha poder para alterar ou influenciar os desígnios divinos do Deus único, o que nos leva a acreditar que aquelas imagens eram destinadas sobretudo a cristãos. As referências documentais e literárias que se conhecem são todas referentes às comunidades cristãs, pelo que estas imagens apenas alimentariam um imaginário que se encontra em finais do século XV, plasmado na obra dramaturga de Gil Vicente. Quem não se recorda do endiabrado e desbocado Diabo do Auto da Barca do Inferno: “À barca, à barca, *houlá!* / *que temos gentil maré!*”¹⁸

¹⁷ BARROS, M. F. – *A Comuna Muçulmana de Lisboa...*

¹⁸ VICENTE, Gil – *Auto de Barca do Inferno*. Lisboa: Ed. Expresso, 2017, p. 15.

7. Conclusão.

O presente artigo apresenta uma das muitas possíveis interpretações de um objecto extraordinário. Seguramente apenas podemos afirmar que se trata de um molde de uma figura antropomórfica, com algumas características animais, produzido em Lisboa e descartado algures na segunda metade do século XIV. Relativamente à sua utilização é possível afirmar, com recurso a análises arqueométricas, que ali foram fundidos pequenos ídolos com uma liga que talvez fosse latão ou *gunmetal* (Cfr. Anexo). A sua análise biográfica é assim limitada.

No entanto, estes objectos que são um reflexo das crenças, ideologias, superstições ocultas populares, possuem uma enorme variedade de significados e simbologias. A análise semiótica deste artefacto demonstra que podemos estar perante a crença numa dualidade de poderes, que não se aniquilam, mas completam. Ao bem instituído através de uma religiosidade oficial tentam-se protecções, acções apotropaicas adicionais que afastam o mal. Ou seriam as figuras produzidas com este molde utilizadas para “fazer mal” a alguém? O carácter marcadamente sexual deste demónio significa que o demónio pode entrar dentro do corpo de alguém ou estamos apenas perante um recurso imagético para mulher desesperada, que apenas quer “estar de bem com o seu marido”, como diversos documentos demonstram? Estas superstições sobreviveram, ainda que exista uma clara tentativa dos poderes instituídos para as eliminar.

O facto de estarmos a lidar com um molde permite concluir que não estamos perante um caso isolado de recurso e utilização destes ídolos, mas sim uma superstição pluralizada. Só estas atitudes disseminadas levaram a que D. João I sentisse a necessidade de legislar contra as mesmas.

Em sociedades que enfrentam um mundo adverso, as crenças e superstições encontram sempre um lugar privilegiado para se desenvolverem. Os habitantes de Lisboa na Idade Média não eram diferentes. O contexto arqueológico onde este artefacto foi recuperado revela ter sido formado em finais do século XIV. Como não acreditamos que o seu descarte tenha sido imediato, a fundição de pequenos demónios deu-se durante alguns anos, possivelmente durante a crise de 1383/85 onde a instabilidade política e as diversas guerras, a que se juntaram alguns fenómenos sísmicos destrutivos, criaram um ambiente propício ao crescimento de superstições.